

A “fragmentação” cultural do Ministro e o Acordo Ortográfico

O Ministro da Cultura (MC) deu uma entrevista à Lusa em 30/01/09 no termo do primeiro ano de mandato. Esperar-se-ia, no mínimo, balanço da actuação do seu ministério nos diversos sectores que tutela. Mas não. O MC falou sobre o Acordo Ortográfico (AO) e a “expansão” da língua, tópicos de sua predilecção e de baixo impacto orçamental e operacional. Compreende-se.

Elaborar e implementar políticas culturais consistentes e sustentadas e apresentar obra feita custa (muito) dinheiro, requiere recursos consideráveis e, sobretudo, talento e visão. Mexer na ortografia, perorar sobre vacuidades — como a CPLP e a “lusofonia”— e quimeras —como a unificação da língua ou a digitalização integral da produção literária, técnica e científica portuguesas— não custa nada (ao MC).

Disse o MC que o AO deverá ser aplicado a nível oficial e em todos os meios de comunicação social o mais tardar em 1 de Janeiro de 2010, para se evitar a “fragmentação da língua”. Nas palavras do MC, «há que [sic] evitar que a língua seja um processo [sic] de fragmentação [sic] e, pelo contrário, seja um processo de uniformização/expansão [sic]. Isto faz-se através de um trabalho conjunto [sic], solidários [sic] com todos os utilizadores [sic].» Os ‘sics’ são meus.

As expressões “fragmentação da língua”, “expansão da língua” (já está feita, Sr.

Ministro, desde o século XVI) ou “uniformização” (não é possível, Sr. Ministro, todas as línguas vivas mudam inexoravelmente) não significam nada (e as línguas, Sr. Ministro, não são “processos”). As afirmações do MC são graves

pelo conteúdo estranho e pela má qualidade linguística (já habitual), e levantam problemas que não podem ser escamoteados.

O MC persiste na inaceitável confusão entre língua escrita normalizada e língua oral e insiste em propagar a mentira de que o AO contribuirá para a unificação da língua e da ortografia, i.e. para a “desfragmentação do português” à escala global. Ora, é o próprio texto do AO que diz que a unificação ortográfica entre Portugal e Brasil é impossível! Por isso se adoptou o catastrófico princípio da grafia dupla para consagrar como oficial o que se não pode unificar. Atribuir carácter oficial a divergências insuperáveis é consagrar por decreto o desacordo ortográfico que existe entre Portugal e o Brasil (com custos incalculáveis para a nossa economia, progresso e desenvolvimento), nada mais.

A unificação linguística luso-brasileira é impossível: falamos, nos dois lados do Atlântico, tipos de língua muito divergentes. Nenhuma reforma ortográfica minimizará, muito menos superará, as diferenças linguísticas enormes que nos separam. A “escrita unitária do português” que o MC anuncia como produto vantajoso da aplicação do AO é propaganda pura sem qualquer sustentação: as facultatividades gráficas do AO resultarão, sim, na fragmentação da ortografia e da língua escrita.

Se o MC conhecesse o texto do AO teria notado que ele gera, para além de elevado número de grafias duplas, quatro grafias distintas para algumas palavras e um conjunto incontável de expressões compostas com 8, 16 e até 32 grafias possíveis, sem oferecer qualquer critério normativo. Este facto —que denunciei nas páginas deste jornal— põe em causa a estabilidade das terminologias técnico-científicas, factor essencial para o nosso desenvolvimento.

O Art.o 2.o do AO diz: «Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à

elaboração, até 1 de Janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas.»

O vocabulário ortográfico e os instrumentos normativos conexos, sem os quais o AO não pode entrar em vigor, não existem nem está prevista a sua elaboração, pelo que a aplicação oficial do acordo é ilegítima e ilegal.

Disse mais o MC que é essencial digitalizar e pôr na internet toda a literatura e produção científica e técnica portuguesas para assegurar a “expansão da língua”. Sobre os problemas monumentais de direitos de autor que tal acarreta ou sobre o tempo e custos dum tal projecto nada disse. Vai expropriar os autores e investigadores portugueses? Quantas décadas demorará e quantos milhões custará tal projecto? Há caderno de encargos e instituição responsável ou de acolhimento? Há um plano, estimativa ou estudo preliminar? Tudo o que se publicou em Portugal até 2010 será corrigido por estar “acordortograficamente” obsoleto e errado?

Garantiu (espantosamente) o MC que aqueles que “trabalham com a língua quotidianamente, os grandes escritores, os poetas” poderão escrever português como entenderem e que “não levará a mal” (!). Diz o povo, «presunção e água benta cada qual toma a que quer».

Que à presunção cega de um Min. da Cultura pouco culto e pouco sensível a valores da cultura portuguesa responda a objecção de consciência dos editores, dos meios de comunicação e dos cidadãos em geral.

ANTÓNIO EMILIANO | LINGUISTA | UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA